Do arrependimento dos intelectuais ao triunfo da rosa – análise institucional francesa, estado e direitos humanos*

Heliana de Barros Conde Rodrigues**

RESUMO

Mediante a reconstrução dos vínculos entre gênese teórica e gênese social, o artigo apreende a Análise Institucional francesa como regime de verdade e daí extrai conseqüências para uma reflexão atual acerca das relações entre a prática dos intelectuais – psicólogos, em particular – e as lutas em defesa dos direitos humanos.

Palavras-chave: Análise institucional; Regime de verdade; Direitos humanos.

O presente artigo se integra a um pequeno conjunto de estudos através dos quais tenho procurado construir (ou reconstruir?) os nexos entre a gênese teórica e a gênese social dos conceitos da Análise Institucional. A indagação entre parênteses é mais que retórica: se poucos estudiosos põem em dúvida a ligação entre produções intelectuais e fatores sócio-históricos, são numerosos, paradoxalmente, aqueles que em suas práticas de escritura e/ou docência desconhecem ativamente, mediante o silêncio ou a negligência, o vínculo supostamente admitido. Neste sentido, a construção de nexos aqui proposta bem pode ser dita uma indispensável reconstrução.

Não vemos os conceitos da Análise Institucional (AI) como reflexos ideológicos de determinantes supostamente mais básicos, de tipo econômico ou político; tampouco percebemos neles a expressão analógica de relações sociais previamente estabelecidas. Esses

• Texto recebido em fevereiro de 2003 e aprovado para publicação em abril de 2003.

** Psicóloga, Doutora em Psicologia Escolar pela USP, professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ. e-mail: helianaconde@uol.com.br.

dois esquemas, caros à história das mentalidades e/ou à história das idéias, estão pouco aptos a apreender condições institucionais de existência, pois pressupõem instâncias pré-formadas, quer no plano de um “social” quer no de um “sujeito” ou “teoria”. Sendo assim, preferimos trabalhar com a hipótese de um co-engendramento, visando a que “social” e “conceitual” emergjam como sistemas de dispersão: é na contingente configuração de cada um desses âmbitos que se podem atualizar as figuras respectivas do outro (Foucault, 1987).

Em escritos anteriores, abordamos a Análise Institucional francesa no período que se estende até maio de 1968 (Rodrigues, 2000) e no apelidado “rastros do maio” (Rodrigues, 2003). Aqui, estará em pauta, fundamentalmente, a segunda metade da década de 1970, tempo no qual se inicia (ou, ao menos, se evidencia) o que é de costume designar “fim do Welfare State”, “economia pós-fordista”, “globalização neoliberal” e expressões análogas.

Tratando-se da Análise Institucional produzida na França, serão priorizados processos e acontecimentos daquele país. Isto não significa que a dispersão com a qual iremos lidar se interrompa ao atingir suas fronteiras: as condições de existência abordadas implicam um caleidoscópio mundializado, e apenas nossa eventual insuficiência sócio-históricográfica leva a que nos detenhamos nas forças e formas detalhadas a seguir (Veyne, 1982).

O período tem especial importância para nosso presente: a intelectualidade empreende então uma espécie de balanço, do qual ainda somos tributários, tanto por seus fracassos e renúncias quanto por sua eventual potência. No que tange à Análise Institucional, cuja utopia ativa continua sendo a permanente transformação refletida da própria prática, os conflitos e problematizações emergentes constituem um indispensável componente de nossa atual “caixa de ferramentas” (Deleuze e Foucault, 1979).

HAVERIA MOTIVOS PARA ARREPENDIMENTO?

O tempo que descortinamos é de arrependidos lamentos por parte daqueles que, nos anos anteriores, haviam tentado fazer de maio de 68 uma espécie de prenúncio da guerra revolucionária. A decepção desses profetas vem embalada pelo ritmo da crise econômica, anunciada pelo primeiro choque do petróleo: em outubro de 1973, a Opep aumenta em 70% o preço do material bruto. Ao contrário das crises anteriores do capitalismo, esta não faz prever revoluções: praticamente ninguém acredita que anuncie “amanhã que cantam...”.

Provavelmente se haveria de pensar, na época: “um *gulag*¹ nunca vem sozinho...”. Em 1975, as forças vietcongues conquistam Saigon e, quase simultaneamente, o Khmer Vermelho derruba o regime de Lon Nol no Camboja. Os vietnamitas vinham se distanciando de Pequim desde as primeiras negociações sino-americanas, mas o Camboja vol-

¹ A publicação, em diversos idiomas, de **O arquipélago Gulag**, de A. Soljenitsyne, popularizou o uso do termo para designar regimes totalitários, especialmente no campo do chamado “socialismo real”.

tou-se para a esfera geopolítica chinesa, que apoiara Pol Pot e Khieu Sanfan na assunção de um controle total do governo. Em 1977, através de **Cambodge, année zéro**, de F. Ponchaud, os franceses ficam cientes do massacre de dois milhões de pessoas (numa população de nove milhões) perpetrado pelos revolucionários. É imensa a consternação nos meios esquerdistas: muitos dos líderes cambojanos tinham aprendido seu marxismo como estudantes... em Paris!

Antes mesmo da morte de Mao, ocorrida em 1976, poucas dúvidas restavam quanto ao pendor do “Grande Timoneiro” pelas galés: editado em 1975, **Prisonnier de Mao**, de J. Pasqualini, vendeu 60 mil exemplares. Tornou assim bastante conhecidos “os hábitos novos do presidente Mao”, anteriormente anunciados desde o título do livro do sinólogo S. Leys (1972), cuja divulgação fora prejudicada, entretanto, pelos maoístas franceses, então acríticos idealizadores da Revolução Cultural:

A Revolução Cultural, que não tem de revolucionário mais do que o nome e de cultural senão o pretexto tático inicial, foi uma luta pelo poder desenvolvida no alto entre um punhado de indivíduos, atrás de uma cortina de fumaça de um fictício movimento de massas (na seqüência (...) uma corrente de massa autenticamente revolucionária se desenvolveu espontaneamente na base, traduzindo-se em motins militares e em amplas greves operárias; não estando no programa, foram impiedosamente esmagados). (Leys, *apud* Hamon e Rotman, 1988, p. 364)

Na China pós-Mao, o moderado Hua Kuo Feng assume o controle do Partido Comunista e ordena a prisão de Chiang Ching (mulher do antigo condutor do barco), juntamente com três dirigentes da Revolução Cultural, acusando-os de sabotagem e traição. Ao mesmo tempo se reabilita Deng Xiao Ping (primeiro-ministro antes da caça aos revisionistas), que, fortalecido, coordena uma virada política: em 1978 os muros de Pequim estão cobertos de *dazibaos* contra Hua Kuo Feng, que renuncia em 1980, deixando o caminho aberto para pesadas condenações ao “bando dos quatro”, o fim do maoísmo e o implemento do programa de modernização, via aproximação com o Ocidente.

A saga, porém, não é só cambojana ou chinesa. Na URSS, a “dissidência” é visível como os girassóis, a ponto de Brejnev aceitar, por proposição do general Pinochet, uma troca de prisioneiros políticos: o escritor soviético W. Bukowski pelo secretário-geral do PC chileno, L. Corvalan. Em 1971, Bukowski escrevera **Uma nova doença mental na URSS**: a oposição, publicado em diversos idiomas, acompanhado de uma carta aberta aos psiquiatras ocidentais pedindo-lhes que opinassem sobre as perícias em curso nos países do Leste.

No mesmo ano, reunida no México, a World Psychiatric Association evita discutir o tema dos chamados “abusos”: decerto porque, tudo na psiquiatria sendo justamente abuso, se deva aguardar que a “ciência” ocidental prepare suas cartas de nobreza. Somente em 1977, no Congresso de Honolulu, virá uma condenação em regra, separando cinicamente a “boa psiquiatria” ocidental do “cruel desvio” do Oriente.

Quando Bukowski é libertado, após dez anos de passagens por perícias e campos de trabalho, está cômico do mundo que habita. Enquanto Corvalan é acolhido com hon-

ras no Kremlin, tem o cuidado de não pôr os pés em solo chileno. Como que de passagem, aproveita para sintetizar com ironia o “princípio de equivalência” vigente: “Deveríamos trocar Brejnev por Pinochet” (*apud* Roudinesco, 1988, p. 545).

Não obstante tantos acontecimentos analisadores, alguns continuam optando por declarações simplistas. Em seu XXII Congresso (1976), os comunistas franceses decidem abandonar a “ditadura do proletariado”. O filósofo L. Althusser abomina o jargão dos camaradas e reage com uma fórmula digna dos tempos de glória: “Não se abandona um conceito como um cão” (*Le Débat*, 1988, p. 105). Aos dirigentes do PCF, contudo, restam poucos conceitos a respeitar nesses anos de “Union de la Gauche”, única saída encontrada para evitar a defecção dos partidários arrependidos.

A reaproximação entre os comunistas e seus velhos desafetos socialistas não dura muito: em 1977, às vésperas das eleições legislativas, a aliança se rompe, redundando no “eterno re-Tours” (Winock, 1981, p. 369)² dos primeiros a posições ortodoxas. As conseqüências não se mostrarão animadoras: toda a esquerda se verá derrotada, ficando com 201 cadeiras, contra 290 da maioria.

Mas as viragens do PCF nada são quando comparadas às dos gauchistas. Primeiro a abrir o verbo, em *La cuisinière et le mangeur d’hommes* (1975), Glucksmann põe em cena as relações entre o marxismo e o universo concentracionário. Seu ensaio, porém, insere-se num fenômeno mais geral. Quando começa a diáspora da organização maoísta “Gauche Prolétarienne”, Jambet está pronto para declarar: “Não sou mais marxista”. E logo outros o acompanham, ancorados na coleção “Figures”, que B. H. Lévy dirige na editora Grasset.

“Apostrophes”, um novo programa de televisão, faz com que suas idéias circulem a uma velocidade ainda maior que a empregada na produção: ganham fama instantânea os que diariamente aparecem na telinha, visto serem “totalitarismo”, “liberalismo” e “individualismo” os temas do momento. O batismo oficial desses “novos filósofos” ocorre em junho de 1976, quando *Les Nouvelles Littéraires* dá a palavra a B. H. Lévy:

Novos filósofos que têm, sem dúvida, menos pontos de contato que campos de desentendimento. Nova corrente, se assim se quer, mas (...) decapitada, sem cara, sem chefe e sem princípio. Para fazer uma imagem, uma *nouvelle vague*, mas com a particular característica de vasculhar todas as superfícies das praias renegadas da tradição. (*Le Débat*, 1988, p. 106)

Por nossa parte, diríamos que os novos filósofos renegam especialmente a tradição marxista, malgrado a maioria deles seja ex-maoísta. Bem ou mal, apóiam-se em outras tradições, que podem incluir o judaísmo, o cristianismo e/ou o ideário dos direitos humanos, oriundo das revoluções antes chamadas “burguesas” e agora “democráticas”. Todavia, B. H. Lévy é preciso ao falar em divergências: afora o antimarxismo e a veloz midiaticização das idéias, as diferenças entre os novos filósofos são tão abundantes quanto os parentescos.

² O trocadilho remete à primeira ruptura entre comunistas e socialistas franceses, ocorrida em 1921 na cidade de Tours.

Em **L'Ange** (1976), Jambet e Lardreau trocam Mao e Marx por Lacan e Jesus. B. H. Lévy decreta o fim do socialismo em **La barbarie à visage humain** (1977): “Socialismo – substantivo masculino, gênero cultural nascido em Paris em 1848, morto em Paris em 1968”. Glucksmann renova a investida contra **Les Maîtres Penseurs** (1978) – Fichte, Hegel, Marx, Nietzsche –, taxando-os de matrizes do totalitarismo. Novamente B. H. Lévy, em **L'idéologie française** (1981), acusa a França de laboratório do fascismo europeu.

Os processos políticos em curso continuam a lhes ofertar boas (!?) causas: a esquerda (militar) portuguesa não tarda a se mostrar um fiasco; os vietnamitas viram *boat-people*, deixando o país sem destino definido; a revolução iraniana, após ser dita “espiritualista” por alguém tão cético quanto Michel Foucault, dá início a prisões e execuções, fazendo descer o pânico sobre a terra. Em tais circunstâncias, sequer a vitória dos sandinistas na Nicarágua (1979) chega a tecer um fio de esperança para esses herdeiros (renunciantes) do terceiro-mundismo. Completando o quadro, ao final do mesmo ano os soviéticos intervêm no Afeganistão.

A mídia tende a uma confusão média, e não lhe custa assimilar à “nova filosofia”, em princípio neoliberal ou social-democrata, uma “nova direita” bioetnista, que, reunida no Grece (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Civilização Européia), exalta a irreduzibilidade das raças e a conseqüente necessidade de hierarquização do campo intelectual. Tal direita já não tem como inimigo principal “a esquerda” ou “a subversão”, mas simplesmente “a ideologia igualitária” (Le Débat, 1988, p. 112).

Assim, enquanto periódicos simpatizantes da esquerda, como **Esprit** e **Les Temps Modernes**, reparam eventuais culpas, tornando visíveis os fenômenos do “totalitarismo” e da “dissidência” ou unindo-se aos liberais na defesa de populações imoladas, a direita aspira transformar o passado à moda do **1984** de Orwell: as câmaras de gás nazistas, ora... estas nunca existiram! Em 1978, R. Faurisson declara, primeiro a **Le Matin** e depois a **Le Monde**, que jamais houvera câmaras de gás nos campos de concentração alemães. Com isso tem início o “Caso Faurisson”, mobilizando historiadores anti-revisionistas (Vidal-Naquet, Perrot, Le Goff, etc), para os quais o extermínio no papel representa nova tentativa de invisibilizar o extermínio real.

O argumento utilizado pelos que negam a existência das câmaras de gás – ausência de comprovação “empírica” – convida a evocar minúcias da configuração intelectual da época. F. Dosse faz coincidir o então declínio do estruturalismo com as “ilusões perdidas” da esquerda:

... o que revela o *efeito Gulagé* que bastava ouvir, ler, ver, para compreender, ao contrário do que afirmava certa especulação conceitual com pretensão científica, que tinha desempenhado o papel de cortina de fumaça e impedido de apreender os verdadeiros desafios da tragédia em curso e a cumplicidade objetiva dos que apoiavam os torturadores. (Dosse, 1992, p. 341)

Não duvidamos que o tema tenha contribuído para o traçado dos regimes de verdade do período: em lugar de pensar sem sujeito para aceder à ciência, muitos agora que-

rem partir do sujeito (vivente, palpável) para resgatar uma ética humanitária. A questão das câmaras, no entanto, indica que este ingênuo (!) “empirismo” é mais complexo do que tentam fazer crer os arrependidos pós-gulag. Decerto há luz e se vê algo; inegavelmente há linguagem e se fala, ouve ou lê. Mas, a cada momento, o “visível” ou “dizível” passa por uma construção de experiências e saberes, cuja análise é imprescindível empreender.

MAIS E MAIS PLATÔS E ESPAÇOS DE LIBERDADE

Há tempo que alguns praticam este princípio, privilegiando, em seus trabalhos, a apreciação crítica daquilo que o próprio intelectual veicula: de forma alguma sujeito *a priori*, ele constitui (e é constituído por) aquilo que ilumina (ou obscurece) e vocaliza (ou silencia). Foucault o disse bem no prefácio da edição norte-americana de **O anti-Édipo**, referindo-se de raspão ao novo fascínio pelo sujeito soberano e ao clichê dos direitos humanos:

Não exija da política que ela restabeleça os “direitos” do indivíduo tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é produto do poder. O que é preciso é “desindividualizar” pela multiplicação e pelo deslocamento, pelo agenciamento de combinações diferentes. (Foucault, 1991, p. 84)

O procedimento sugerido não repudia a assunção de uma ética, mas sim a de uma moral pré-codificada, contratual e representativa, da qual o próprio Foucault acabara de elaborar algumas genealogias com **Vigiar e punir** e **A vontade de saber**. Aqui não se parte da culpa ou do ressentimento: afirma-se a positividade de uma “construção de si” mediante uma ética não fascista ou, para usar uma expressão cara a Merleau-Ponty, de uma “moral do desconforto”.

Nesta segunda metade dos anos 1970, o intelectual não mais está autorizado a perceber-se como a serviço de uma classe, tampouco pode ser simplesmente avaliado pelo grau de cientificidade de suas pesquisas. Para saber disso, Guattari não precisou aguardar o Gulag. Há muito se inquieta com o intelectual construtor de subjetividades, “envolvido em” e “parte de” equipamentos de poder.

Em 1975, o psiquiatra marroquino Mony Elkaim convoca uma reunião em Bruxelas para o lançamento de uma “Rede internacional de alternativas à psiquiatria”, à qual Guattari se conecta sem hesitação. Por intermédio de iniciativas concretas – encontros, manifestações artísticas, eventos culturais, etc. –, a trama desta rede pretende contrapor-se ao que igualmente se trama em rede: a setorização-miniaturização do controle social, os muros diáfanos de uma psiquiatria sem fronteiras asilares visíveis.

À época, algumas experiências de resistência já vinham sendo empreendidas tanto pelo próprio Elkaim – no South Bronx (Nova Iorque) e em Bruxelas – como por Giovanni Gervis – em Reggio Emilia (Itália) –, mediante trabalhos caracterizados por uma linha transversalista, desespecializante, autonomista e autogestionária. Conforme diz Guattari

(1981, p. 125) com simplicidade, “procura-se fazer com que as coisas partam dos próprios interessados”, para que assim se des-setorizem, pondo no ar milhões e milhões de revoluções moleculares.

Para falar de redes de produção subjetiva, nada melhor que avaliar o modo de informação dominante. Na França de então, a midiocracia propaga o remorso liberal, com sua insidiosa estática proto-fascista. Arguto analista do parentesco fascismo-nacionalismo, Guattari devém italiano, fascinado que está com algumas experiências inovadoras do país vizinho. Sabe-se o quanto, na década de 70, os esquerdismos passam por um processo de especialização, cada macaco (louco, homossexual, mulher, prisioneiro, imigrante, etc.) devendo ocupar seu galho, ou seu gueto.

Porém, uma rádio como “Alice” (fundada em Bolonha, 1974) tem êxito em transversalizar a enunciação de múltiplas “autonomias” – denominação italiana para as minorias –, ultrapassando o caráter puramente sociológico das emissoras independentes que proliferam após a suspensão do monopólio estatal sobre as comunicações.

O “movimento Alice” agencia vozes, práticas, subjetividades. Contesta todas as separações hierarquizantes, a ponto de praticar uma economia própria: repudia o trabalho disciplinado, incentiva o absenteísmo, põe em cena a auto-redução da exploração capitalista (troca etiquetas de preços e/ou roubo de produtos no comércio). Sendo Bolonha uma cidade tradicionalmente comunista, seu prefeito não admite perder o controle de tão preciosa infra-estrutura: acusa os alicianos de conspiradores e manda invadir a cidade com carros blindados. “Alice” responde em rede: “Conspirar quer dizer respirar junto, e é disso que somos acusados; eles querem nos impedir de respirar...” (Guattari, 1981a, p. 59).

A partir de 1975, a França acompanha o vizinho nas novas ondas do país das maravilhas, e Guattari está entre os pioneiros da constituição de rádios livres no país. Um dia apelidado *passieur* (barqueiro e/ou contrabandista), faz-se também “pirata”: primeiro a “Rádio Bleu”; depois, a “Radio Tomate” – exercícios de criação de condições paroxísticas de enunciação para os marginais, lugares de reconhecimento e organização para os autonomistas.

A colaboração com Deleuze não se interrompe. Este chega a se envolver em polémicas que sempre dissera desprezar, defendendo “a Filosofia” contra os “novos filósofos”, que qualifica de “meros animadores de programas de TV” (Deleuze, 1977). Mas, como sempre, o agenciamento com Guattari lhe faculta praticar o múltiplo, em lugar de apenas clamar por ele. Em 1975, é a literatura que devém minoritária, no trabalho sobre Kafka:

Vale dizer que “menor” não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que chamamos grande (ou estabelecida) (...) Escrever como um cão que faz seu buraco, um rato que faz sua toca. E, para isso, encontrar seu próprio ponto de subdesenvolvimento, seu próprio patoá, seu próprio terceiro mundo, seu próprio deserto. (Deleuze e Guattari, 1977, p. 28-29)

Nessa literatura-filosofia não há lugar para martírios: se o terceiro mundo revolucionário é terror e morte, há que flexibilizar as linhas, inventando uma singular ética terceiro-mundista na relação consigo e com os outros. Isto porque, sendo o tempo de ar-

borescências – raiz, caule e galhos em tranqüila hierarquia –, urge maquinar o que se opõe aos binarismos do tipo “ou... ou” e cria traçados em devir. Em 1977, o ensaio **Rizoma**, mais tarde retomado em **Mille Plateaux**, define um original campo de luta:

Um rizoma não começa nem chega a termo, está sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem por trama a conjunção “e... e... e...”. Há nesta conjunção bastante força para abalar e desenraizar o verbo ser. Aonde vai você?; de onde parte?; aonde quer chegar? são questões bastante inúteis. Fazer tábula rasa, partir ou repartir do zero, procurar um começo ou um fundamento, implicam uma falsa concepção da viagem e do movimento (metódico, pedagógico, iniciático, simbólico...). (Deleuze e Guattari, 1980, p. 36)

Cartógrafo das alianças rizomáticas, Guattari participa, ao final da década de 1970, da criação do Cinel (Centro de Iniciativa por Novos Espaços de Liberdade), organismo informal que aglutina intelectuais, militantes, trabalhadores e artistas numa intensa atividade teórica e política: favorecimento das rádios livres; análise dos microfascismos no pensamento e na ação; combate à repressão aberta e ao disciplinamento discreto; defesa dos imigrantes, das minorias nacionais, das línguas amordaçadas, etc.

Dentre as primeiras ações do centro estão a luta contra a extradição do advogado Klaus Croissant (acusado de conivência com o Bando de Baader, grupo alemão a que se atribuem ações terroristas) e em prol da liberdade de militantes italianos (especialmente Toni Negri, preso na Itália sob a alegação de vínculo com a luta armada, com quem Guattari virá a publicar **Les nouveaux espaces de liberté**).

No plano da escritura, aguarda-se a continuação de **O anti-Édipo**. Porém, Deleuze e Guattari escapam às filiações: **Mille Plateaux** não constrói uma montanha, abre mil caminhos filosóficos. Não há capítulos em cronologia linear, mas quinze acontecimentos datados, mais reais ou mais ficcionais: 1914 (a guerra e a psicanálise do homem dos lobos), 1227 (morte de Gengis Khan), 7000 a.C. (aparelho de captura estatal), etc.

Para os sedentos de empirismo, cada platô é uma individuação circunstanciada ou “heceidade”: um clima, uma tonalidade, um timbre, um espaço-tempo paisagístico. Para os que ainda apreciam conceitos, o livro os inventa (ou reinventa), qual personagens percorrendo ambientes: ritornelo, buraco negro, máquina de guerra, regime de signos, plano de consistência, diagrama, linha de fuga, cartografia, devir, captura, rostidade, corpo sem órgãos, diagrama, máquina abstrata, etc.

Esta caixa de ferramentas multipovoada torna visíveis e dizíveis realidades bem distintas do velho par sujeito-mundo, tão prevalente nesses anos de busca de um (neo)liberalismo conformista. Seu conteúdo provém da afecção recíproca entre um Guattari-corre-mundo e um Deleuze-nômade, que se move muito pouco, continuando, simplesmente, a ministrar cursos na Universidade de Paris VIII. Suas aulas, todavia, são comparáveis a concertos de *rock*: lá estão estudantes e não-estudantes, jovens e velhos, franceses e não-franceses, filósofos e principalmente não-filósofos.

Porque, para Deleuze, a compreensão filosófica (feita por conceitos) necessita ser

agenciada à não-filosófica (feita por perceptos e afetos). Não para comunicar – e aqui se retoma a querela com os “novos filósofos” –, mas para resistir, inventando futuros ainda sem linguagem e sem luz. Num período em que tantos ex-marxistas se voltam para a religião, as tábuas da lei ou o mestre Lacan, os ainda marxistas Deleuze e Guattari elaboram exaltações da vida contra a transcendência, dos processos contra os estados, das heterogêneses contra as hierarquizações. Ou seja, novas análises (não-universalistas) e novos reais (imanências processuais transversalistas).

A ANÁLISE INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE: CAPITULAÇÃO OU RESISTÊNCIA?

Outros dos que gostamos de apelidar “novos analistas” também estão em Paris VIII. Alguns já não são jovens em idade – em 1975, Lapassade tem cinquenta e um anos, e Lourau, quarenta e dois –, mas, levando em conta seus vínculos com Henri Lefebvre, vale lembrar que este, mais afeito às virtualidades que ao peso dos constrangimentos do real, definia a juventude como “uma relação ao mundo” (*apud* Hess, 1988, p. 253). Além disso, uma segunda geração – Rémi Hess, Antoine Savoye e Patrice Ville, entre outros – também se estabelece em Vincennes.

Não obstante esses analistas institucionais ditos “socioanalíticos” realizarem colóquios e publicarem em revistas como **Les Temps Modernes**, **Connexions** e **L’homme et la société**, a cidade científica praticamente os ignora: nem a **Revue Française de Sociologie** nem **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** fazem qualquer referência à Análise Institucional, relegando-a ao gueto de uma ultra-esquerda “carente de seriedade”. Razoavelmente marginal, portanto, nem por isso a inserção universitária da Análise Institucional escapa de ser dita “duradoura” e terá de ser justificada pelos famosos contestadores do instituído: em 1978, a Escola de Vincennes é convocada a “se explicar” pela revista **Pour**.

Estando o número encomendado, realiza-se em Paris em encontro internacional de institucionalistas. Mas René Lourau não comparece, e Georges Lapassade, que chega com as atividades já iniciadas, suscita agressões verbais em plenária, bem como hostilidades não verbais de corredor: um professor dispensado de Paris VIII lança seis ovos sobre ele e seu acompanhante, Rémi Hess. Seguindo a hierarquia instituída, quatro sobre o mestre e dois sobre o discípulo.

Circunscrito a grupos autônomos de formação/intervenção e preso às “benesses” do pequeno principado universitário, o institucionalismo socioanalítico se fragmenta. Tudo está em questão: ensinar ou não a análise institucional; aproximar-se ou não, ou o quanto, do marxismo e da psicanálise; identificar-se à psicossociologia ou à sociologia; realizar intervenções a pedido ou militar politicamente; manter uma referência próxima ao gauchismo ou aliar-se às denúncias dos novos filósofos; desviar ou não as encomendas de formação para situações de intervenção; transformar a socioanálise em habilitação profissional ou sustentar o projeto de uma análise institucional generalizada, etc.

Conquanto as posições assumidas sejam múltiplas, o conflito se faz visível como

cisão entre o “campo Lourau” (aliado ao Grupo de Análise Institucional de Paris) e o “campo Lapassade” (aliado ao CRI – Centre de Recherches Institutionnelles). Cada um deles é responsável por um boletim, cujos títulos – **Les lapins de Cronstadt** e **Le cri du cri**, respectivamente – são indícios da posição mais sociológico-crítica ou mais psicossociológico-clínica dos integrantes.

Instalado em Vincennes, Lapassade se percebe diante de uma situação semelhante à das primeiras experiências da Análise Institucional: não há encomenda (“externa”) de intervenção, mas parece necessário pôr em análise (“interna”) as contradições de um estabelecimento do qual se faz parte. Com base nesta avaliação, ele desenvolve duas estratégias principais: ensina Análise Institucional, tentando construir um departamento a ela dedicado; procura intervir em diversos espaços, visando coletivizar a análise. Essas formas de “intervenção interna” implicam lançar mão do ativismo no qual é mestre: grande número de horas dedicadas à universidade, assunção de responsabilidades administrativas, etc.

Se esse modo de ação sempre provocara inquietação entre os companheiros, a partir de 1976 as objeções antes sussurradas se transmutam em gritante conflito. Na qualidade de centro experimental, Paris VIII tem doze anos de prazo, a se encerrar em 1980, para adequar-se ao estatuto comum às demais universidades. Quando é posta em pauta a criação de uma carreira de Administração Econômica e Social (AES), já submetida aos cânones oficiais, Lapassade assume a direção do projeto, alegando que este poderá se constituir no dispositivo que lhe falta para fazer-se analista (não demandado) do estabelecimento.

O ato se depara com incompreensões: denuncia-se a “normalização de Lapassade, que organiza os exames escritos...” (Hess, 1981, p. 180). No entanto, de fato se instala um experimento social de Reforma Universitária, provocando o debate e, como que de passagem, a análise, em todas as instâncias de poder.³ Em 1980, julgando concluído o trabalho, Lapassade não reivindicará a prorrogação do mandato como membro do conselho de diretores de UER (Unités d’Enseignement et Recherche).

Quando da publicação do número de **Pour** sobre a Análise Institucional, o “Caso Lapassade” está no auge, fazendo convergir três dimensões polêmicas: a institucionalização da AI; o “efeito Gulag” sobre os regimes de verdade; as aporias do paradigma instituinte-instituído. Presente com dois artigos, René Lourau dá o título **Os novos campos magnéticos** a uma de suas contribuições e, sem citar nomes, denuncia como “revisionistas” certos procedimentos em curso:

Esta vontade de “institucionalizar um corpus” (...) esconde uma vontade (...) de colocar por trás da “estruturação”, palavra neutra, tecnocrática e burocrática, o desejo de controle, avaliações e validações, segundo os modelos mais deformados. O contexto político geral de refluxo e oportunismo (...) é o que explica esta repentina virada de casaca teórica, política e pedagógica. O instituído é bizarramente promovido ao estatuto de instituinte, e a adesão cada vez mais reacionária à legalidade institucional é proposta, de forma cômica,

³ Vale lembrar que, quando Lapassade esteve em Belo Horizonte, em 1972, o Setor de Psicologia Social da UFMG, com seu incentivo, participou ativamente do processo de Reforma Universitária, embora este tivesse sido decretado pelo governo ditatorial (Lapassade, 1974).

como “analisadora”. Analisadora, certamente, mas da reviravolta política daqueles que evocam esta nova análise (...) “direitista”. (Lourau, 1978, p. 109)

Atinge-se a resposta de Lapassade pela mediação do artigo de Ardoino, Barbier e Copet, autores que se pretendem razoavelmente distanciados dos campos em luta. O trabalho ressalta o “ostracismo” a que a ordem estabelecida das ciências sociais condenara a AI, aprisionando-a na opção entre dois caminhos igualmente arriscados: a sustentação da ultra-esquerda (“família Lourau”) e o apoio à direção crítica aberta pelos novos filósofos (“família Lapassade”). A primeira via insiste em reacender a chama das lutas por intermédio de uma sociologia militante (análise institucional generalizada); a segunda aceita instalar-se no novo consenso democrático mediante uma profissionalização da intervenção (vertente psicossociológica da análise institucional). Teríamos, por conseguinte,

... análises sociais críticas, mas condenadas à marginalidade, ou orçamentos a gerir com possibilidades de experimentação. Vista por um lado, é a alternativa entre o herói e o cana-lha; por outro, entre o irrealismo e o bom senso. (Ardoino, Barbier e Copet, 1978, p. 118)

Ardoino, Barbier e Copet hipotetizam um determinante principal para a “crise” da Escola de Vincennes: a decadência da autoridade, dado que muitos praticantes não mais aguardam os “boletins de saúde” emitidos pelos patriarcas dos clãs para dizer-se institucionalistas e praticar a socioanálise.

A réplica (tréplica?) de Lapassade é provocativa e estratégica. Em seu texto **Dos sociobárbaros aos novos filósofos**: a deriva da Análise Institucional, ele se dirige explicitamente aos que apelida, numa desqualificação irônica, “autores ABC” (Ardoino, Barbier, Copet). De início, nem uma palavra acerca do clã rival, mas uma saraivada sobre os novos bastardos, que o “observariam do exterior, chorando” (Lapassade, 1978, p. 126).

Lapassade não vê motivo para pranto, pois, em sua perspectiva: o “gauchismo 68” está morto; a esquerda instituída está em crise, sendo necessário oferecer-lhe sustentação crítica; o “analisador AES” pode lançar luz sobre a degradação burocrática de Vincennes; o institucionalismo deve morrer como ideologia, pois se resume a uma psicossociologia crítica e a um embrião (abortado) de filosofia social libertária; a instituição do capitalismo, como sempre sustentaram Sartre e Castoriadis, prossegue sendo a burocracia, tendo a “nova filosofia” o mérito de desmistificar sua presença na ideologia esquerdista.

A conclusão do trabalho é uma aula sobre o manejo da tática de aliança-duelo. Lapassade afirma que, enquanto o texto ABC pouco acrescenta, os de Lourau estabelecem um “balanço rigoroso”. Ao mesmo tempo, enclausura o patriarca rival “dentro da ideologia”, reduzindo a idéia de análise institucional generalizada a nada mais que um remendo apressado de idéias libertárias cuja antiga forma se transmutara em opressão. O tema do vínculo entre pureza e totalitarismo, caro aos novos filósofos, é então lançado sobre o companheiro:

... malgrado outras análises bastante judiciosas, ele [Lourau] parece persuadido de que sou por excelência o renegado. Tentando demonstrá-lo, abandona (...) sua habitual sutileza analítica: ostenta sua moral da pureza, lança seu superego – que é bastante forte – na balan-

ça; faz-se juiz e se mostra pronto a reunir os tribunais – “populares”, evidentemente! (Lapassade, 1978, p. 128)

A despeito das divergências, nenhum dos socioanalistas nega que o período seja de institucionalização: Lourau a denuncia em livros e artigos, embora permaneça um formador em Paris VIII; Lapassade a incorpora à guisa de mal menor, numa deriva *nouveau philosophique*. Porém ambos concordam que o refluxo (ou mesmo “endireitamento”) político, a insegurança econômica e o conseqüente repúdio a intervenções desestabilizadoras conduzem o conceito de implicação ao centro da cena institucionalista.

Lapassade associa o fato de tender a falar de suas implicações ao distanciamento que experimenta quanto às ideologias teóricas ligadas à escritura universitária. Julga que **L'autobiographe** e **Joyeux tropiques** (lançados em 1978), ambos de estilo francamente autobiográfico, representam uma vertente escritural mais libertária. Já Lourau tenderá, a partir de então, a fazer da análise das implicações do pesquisador a base para a constituição de uma nova epistemologia. Habilidade institucionalizador da segunda geração, Rémi Hess assim sintetiza as duas vertentes:

Toda escritura, dentro da produção institucionalista, é ao mesmo tempo uma escritura autobiográfica. Falando das instituições, falo também de mim e de minha relação com as instituições. Paradoxalmente, todas as nossas produções teóricas se tornam autobiográficas no momento em que a autobiografia, no sentido tradicional, se torna impossível. (Hess, 1978, p. 23)

Curiosamente, no instante em que vêem reduzido o poder de intervenção sobre seu campo preferencial (as instituições sociais), é a instituição da escritura – articulada ao Estado, ao dinheiro, às agências de fomento, à edição, ao tempo, à cientificidade, à escola, etc. – que novamente lança os socioanalistas em campo: campo... de novas análises.

A ESQUERDA E O TRIUNFO DA ROSA

Após o fracasso nas eleições legislativas de 1978, comunistas e socialistas preservam as respectivas unidades, lançando sobre o aliado de ontem a responsabilidade pela *débatte*. No PCF, partidários de um marxismo estrito (como L. Althusser) e de um *aggiornamento* (como John Ellenstein) aliam-se provisoriamente, reclamando liberdade de crítica no interior da organização. No PS, cresce uma “segunda esquerda” ligada à militância na CFDT – confederação sindical de tendência independente, adversária da velha CGT comunista –, que se esforça por dar forma partidária às aspirações autogestionárias, ainda sob a sombra protetora do “analisador LIP”.⁴ A contestação ao totalitarismo continua a

⁴ Fábrica de relógios francesa onde se deu uma experiência operária de grande repercussão, resistindo, por meio da ocupação ativa e da autogestão da produção e da distribuição, à venda do estabelecimento a uma multinacional sob alegação de falência (Lourau, 1974).

frequentar penas e vozes, às vezes recorrendo às blagues vindas do Leste Europeu: “Qual é a história mais curta? O socialismo. E a mais longa? O caminho em direção ao socialismo” (*apud* Meyer, 1978).

Do mesmo Leste logo chega algo menos humorístico: em agosto de 1980, dezessete mil operários dos canteiros navais de Gdansk entram em greve, criando um comitê interempresas que reivindica, entre outras medidas, o reconhecimento dos sindicatos independentes. É rápida a reação da CGT francesa: G. Séguy declara desconhecer a aspiração dos operários poloneses a sindicatos diferentes dos já existentes. O governo da Polônia mostra-se mais bem informado: ao final do mês, assina os acordos de Gdansk. Os trabalhadores tampouco sofrem de cegueira (partidária) congênita: inicialmente título de um boletim informativo, “Solidariedade” é o nome adotado por 36 sindicatos livres de tutela.

Denominação-acontecimento, cedo estará nos *bottons* pregados junto ao coração, abrindo uma vertente alternativa para pensar a problemática política: quiçá não seja o totalitarismo o fenômeno a constatar (e consumir), mas os efeitos estatistas da “função partido” o vetor a analisar (Foucault, *apud* Eribon, 1990, p. 285). Uma simples comparação entre o aparelhado Séguy e o independentista Walesa serve como uma das evidências. E estas se acumulam: em outubro, uma greve geral com uma hora de duração é maciçamente seguida na Polônia. Enquanto isso, o prefeito comunista de Vitry impede a instalação de trabalhadores imigrados, destruindo, com máquinas de terraplanagem, os locais de acolhida: é a política de terra arrasada versão partidária (de esquerda?).

À liberação de máquinas outras (produtivo-desejantes) e à experimentação contra-institucional, prefere-se à época, na França, o consenso. Michel Rocard e os cfdtistas bem que tentam fazer o PS afirmar uma linha independentista, mas não são vitoriosos no congresso dos socialistas. Sendo assim, em janeiro de 1981, François Mitterrand é novamente escolhido candidato à presidência da república.

Grande parte da intelectualidade de esquerda decide apoiá-lo, acompanhando o paradoxal artifice Régis Debray, que, desde o pleito de 1974, empenha-se em conduzir às fileiras do PS os gauchistas carentes de foco guerrilheiro: sua tática é “revolução via eleição”. Às vésperas da votação, estão nas páginas dos jornais os manifestos costumeiros em favor do candidato socialista. Alguns, entretanto, adotam posições menos previsíveis: Foucault declina de assinar apoio a quem quer que seja, repudiando a posição de mentor; Deleuze e Guattari sustentam a candidatura Coluche, comediante de humor corrosivo, plebiscitado como “o bufão da República”. Devendo ser a política uma coisa séria e triste, os políticos profissionais não apreciam a presença (não oficial) do concorrente, conforme alfineta Guattari: “... estas pessoas pretendem não apenas se fazer obedecer, mas se fazer respeitar (...) É preciso crer que se chegou a um ponto em que o riso e o humor se tornaram mais perigosos que uma insurreição popular” (Guattari, 1986, p. 16).

Em que pese a provocação dos adeptos do riso, a maioria da população vai às urnas compenetrada: prevendo o fracasso (confirmado) de seu candidato G. Marchais e temendo um segundo turno entre Giscard e Chirac, os comunistas chegam ao “voto útil” em Mitterrand. Este passa ao segundo escrutínio contra Giscard e desta vez, invertendo o

ocorrido em 1974, é eleito presidente da república, com 51,7% contra 48,2% dos votos. Apesar dos pesares, o “povo de esquerda” se entusiasma. Anunciado o resultado, uma multidão aflui à simbólica Praça da Bastilha e festeja até a madrugada: afinal, os mais jovens nunca tinham visto uma vitória eleitoral. As mulheres exultam: consoante os institutos de pesquisa, pela primeira vez seu voto está mais à esquerda que o dos homens.

Depois da posse-espetáculo para comemorar o “triunfo da rosa”, com direito à interpretação da *Marseillaise* por Plácido Domingo, as primeiras medidas surpreendem agradavelmente: são suspensas as expulsões de estrangeiros e se adotam medidas sociais imediatas (aumento do salário mínimo e do salário de aposentadoria, criação de novos empregos na função pública). Nas eleições legislativas, o PS obtém maioria absoluta na Assembléia Nacional: como então se diz, encontra-se em “estado de graça”.

O acordo com o PCF põe quatro ministros comunistas no governo, e se começa a temer a realização de uma conhecida fórmula: “nada é possível sem os comunistas, nada é possível com eles”. O que se segue, entretanto, alimenta mais a esperança que o desencanto: supressão da Corte de Segurança do Estado; autorização para que cerca de 300 mil imigrados clandestinos regularizem sua situação; supressão da pena de morte; aumento das despesas públicas; instauração do imposto sobre grandes fortunas; autorização para a criação de rádios locais. Em face de tudo isso, o antes reticente M. Foucault chega a declarar, no *Libération*:

Há bem uns vinte anos uma série de perguntas têm sido formuladas no interior da sociedade (...). Com relação a esses problemas (estou pensando sobretudo na justiça ou na questão dos imigrantes), as primeiras medidas e as primeiras declarações são absolutamente conformes ao que se poderia chamar de uma “lógica de esquerda” (...). O mais notável é que as medidas não seguem a opinião da maioria (...), as escolhas não seguem a opinião mais comum. (Foucault, 1994, p. 178-179)

Mas... será um governo de partido capaz de modificar a relação entre governantes e governados? De instituir algo diverso da obediência-controle? De fazer valer uma ética internacionalista da liberdade contra as obrigações da “realpolitik”? De incentivar a reflexão e a inventividade coletivas? Poucos meses se terão passado antes que a resposta a essas questões seja dada: um triste e sonoro “não”.

Depois que “Solidariedade” exige eleições livres, o Kremlin não demora a conter a indesejável expansão produtivo-desejante: em dezembro de 1981, é decretado estado de emergência e o general Jaruzelski assume a presidência de um Conselho Militar de Salvação Nacional. Ao que se conta, os poloneses supunham seus soldados incapazes de confrontar-se com o povo: a prisão de mais de 5.000 pessoas e um número desconhecido de mortes desmente essa crença ilusória.

Na França, as conseqüências do acontecimento põem fim à benevolente credulidade dos intelectuais quanto ao novo governo: Claude Cheysson, ministro dos Assuntos Estrangeiros, declara que seu país nada fará, visto tratar-se de um problema “estritamente interno” à Polônia. Os socialistas se mostram mais preocupados em não desagradar seus

aliados comunistas e em arrumar a própria casa do que com eventuais perdas de liberdade em solo alheio.

“Somos todos uns governados” – pensam Michel Foucault e outros intelectuais mais afeitos a lutas internacional-solidárias que a seguranças nacional-solitárias. Sendo assim, reagem à posição do governo através de um manifesto, publicado no **Libération**:

O governo francês não deve fazer crer, como Moscou e Washington, que a instauração de uma ditadura militar na Polônia é uma questão interna (...). Em 1936 um governo socialista se viu confrontado com um *putsch* militar na Espanha; em 1956 um governo socialista se viu confrontado com a repressão na Hungria. Em 1981 um governo socialista se confronta com o golpe de Varsóvia. Não queremos que sua atitude seja a de seus predecessores. (*apud* Eribon, 1990, p. 277)

Ao dilúvio de assinaturas de adesão logo se segue uma manifestação popular contra o Golpe de Varsóvia, reunindo 50 mil pessoas, que recebem os dirigentes aos gritos de “Cada qual em sua terra, obrigado Cheysson!”. O governo reage mal aos protestos e recorre à tática da bipolarização acusatória: os “líderes” seriam “intelectuais”, portadores de “inconseqüência estruturalista”, “desejosos de promover a desunião da maioria política francesa” (*apud* Eribon, 1990, p. 279). Porém, a manobra é por demais conhecida e se revela frustrada: o já frágil vínculo entre a intelectualidade crítica e os socialistas está definitivamente rompido.

CONCLUSÕES E ABERTURAS

Decerto com um lastro histórica e politicamente mais consistente que o dos franceses em 1981, vemos hoje chegar ao governo do Brasil um presidente e um partido que há muito condensam nossas lutas e expectativas libertárias. Neste sentido, à guisa de conclusão, desejamos evocar algumas análises relativas aos modos de ação dos intelectuais em sua relação com o Estado, o cotidiano e os poderes.

Quando à suave “austeridade” do governo Mitterand já se sucedera o “rigor”, supostamente indispensável à gestão (capitalista) do socialismo, Michel Foucault assim dimensionou sua proposta de fazer da ética uma política:

O trabalho de um intelectual não é modelar a vontade política dos outros; é, através da análise que ele faz nos domínios que são seus, reinterrogar as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a medida das regras e das instituições e, a partir desta reproblemática (onde ele desempenha seu papel específico de intelectual), participar da formação de uma vontade política (onde ele tem seu papel de cidadão a desempenhar). (Foucault, 1994a, p. 676-677)

Essas palavras estão em ressonância com outras, datadas de 1972, quando Foucault ressaltara a diferença entre o “intelectual universal”, da “consciência e eloqüência” – o que diz a verdade àqueles (e/ou em nome daqueles) que não a podem dizer –, e o “intelectual específico”, “objeto e instrumento” – o que se reconhece parte de dispositivos de poder

e, caso contra eles se queira efetivamente bater, necessita transformar suas teorias em sistemas regionais de luta (Deleuze e Foucault, 1979, p. 70-71).

Voltada à importância ético-política da vida cotidiana, esta forma de problematização parecera absorvida pelo Partido Socialista no caminho conducente à vitória eleitoral. No entanto, enquanto Foucault genealogiza a constituição dos “sujeitos desejosos de normas”, a fim de lhe contrapor uma arte da auto-governabilidade, os novos governantes só sabem dizer “obedeçam!” e, entre outras medidas tão seguramente neoliberais quanto desastrosas, instauram nova política de imigração, perseguindo implacavelmente todos os “clandestinos”.

Em face desse panorama, Felix Guattari (1986a, p. 32-33) avalia que um efetivo debate entre o poder e a *intelligentsia* precisaria pôr em questão: a antiprodução que marca o funcionamento dos partidos de esquerda; as perspectivas de evolução para sociedades multirraciais e transculturais; a política de transformação da habitação, do espaço urbano, da educação nacional, das prisões, dos hospitais psiquiátricos; a desejabilidade do uso de verbas públicas para construir bombas de nêutrons ou submarinos nucleares; as iniciativas concretas em favor da emancipação econômica e social do Terceiro Mundo.

Tal debate infelizmente não se abre, mas Guattari continua a dialogar, ao menos, com os que não ensurdecaram totalmente à base de maciças doses diárias de cinismo pseudodemocrático. Governantes ou não, muitos franceses já não o escutam, mas existem outras vias abertas: ele é convidado ao Brasil (Guattari, 1982; Guattari e Rolnik, 1986) e até mesmo ao Japão, cujo novo paradigma empresarial, pretensa panacéia para todos os problemas, muito o inquieta. Nem por isso deixa de se sentir atingido pela glaciação geral: “Sou daqueles que viveram os anos sessenta como uma primavera que prometia ser interminável; assim, tenho alguma dificuldade em me acostumar a este longo inverno dos anos oitenta!” (Guattari, 1986b, p. 7).

Reexaminando o percurso da esquerda, procura as razões do fracasso da experiência governamental em curso. Repudia as explicações fáceis, que o atribuem à falta de idéias, à resistência dos conservadores e, principalmente, à “crise”, com suas costas sempre largas:

Ao invés de continuar a pôr as novas tecnologias a serviço das hierarquias e segregações opressivas (...), os socialistas teriam feito melhor em explorar as possibilidades que oferecem em matéria de desenvolvimento de meios de expressão coletivos e de multiplicação de instâncias de decisão (...). Os líderes socialistas tomaram a tal ponto por hábito tratar o povo de forma infantilizante (...) que não perceberam a que ponto estavam distanciados dele. De fato, não esperam das pessoas senão um apoio global, de caráter exclusivamente eleitoral, sem participação em *feedback*. (Guattari, 1986b, p. 10-11)

Igualmente crítico do uso sem matizes da noção de “crise” (Lourau, 1978a), a qual pressupõe a indesejável ruptura de uma bela unidade que se deveria (por que motivo?) preservar, René Lourau publica, em 1981, **Os lapsos dos intelectuais**. Mediante a elaboração de uma “genealogia da *intelligentsia*”, denuncia o ato falho que a percorre de ponta a ponta: um ativo desconhecimento das condições institucionais que presidem a emergência dos discursos eruditos.

Na introdução ao livro, Lourau elabora uma tipologia da intelectualidade segundo a relação estabelecida com o mandato⁵ social. A aceitação (consciente ou inconsciente) do mesmo define o “intelectual orgânico”. Já o “intelectual comprometido”, crítico do *status quo*, orienta-se para posições seja progressistas seja conservadoras, mas não coloca senão acessoriamente o problema da análise do mandato social. Finalmente, o “intelectual implicado” caracteriza-se pela recusa refletida e crítica de tal mandato. Um exemplo contemporâneo aponta para a experiência da psiquiatria democrática de Franco Basaglia:

Enquanto na França, sob a influência crescente do *lobby* psicanalítico lacaniano, a psicoterapia institucional tendeu a reforçar o poder médico e a importância do hospital, e na Inglaterra a antipsiquiatria sem correntes de Laing e Cooper visou sobretudo à edificação de um setor paralelo, comunitário e fortemente politizado, os futuros adeptos da “psiquiatria democrática” à italiana partiram de um questionamento daquilo que produzia e reproduzia a doença mental: a ciência médica e a estrutura hospitalar. (Lourau, 1981, p. 271)

Abstendo-se de avaliar tecnocraticamente a eficácia das ações italianas, Lourau prefere trazer ao primeiro plano o “modo de ação contra-institucional” de Basaglia, contrapondo-o à lamentável prática hegemônica da intelectualidade:

Crimes da paz legalizados pelos intelectuais do saber prático: é este o diagnóstico do papel da *intelligentsia* na institucionalização. Sem eles [os “funcionários do consentimento”], a exclusão (...) não poderia funcionar. A delinquência, a loucura, a revolta operária ou estudantil, não são apenas sintomas de uma crise social: são também, e principalmente, produtos de uma ação específica, a ação dos intelectuais que enquadram, controlam, avaliam, validam ou invalidam – sempre em nome da ciência, cuja epistemologia está identificada à teratologia institucional. (Lourau, 1981, p. 276)

Iniciamos este ensaio histórico fazendo referência ao arrependimento dos intelectuais e a seu fascínio um tanto anacrônico pelo ideário dos Direitos Humanos. Psicóloga, logo intelectual “específica” cujo mandato social remete à produção/gestão de subjetividades, integro a Comissão Nacional de Direitos Humanos do conselho federal de minha categoria profissional. Institucionalista, preocupo-me em especial, nesse âmbito, com a análise das condições e dos efeitos dos discursos e práticas *psi* – em suma, com a análise (ativa!) de nossas implicações.

Esquerdista, libertária e autogestionária, ao menos de intenções, diviso a possibilidade de que encontremos, no presente horizonte político, planos de consistência para a expansão das liberdades, da criação e da justiça social, malgrado o panorama “invernal” internacionalmente dominante. Vale indagar, por conseguinte, o quanto nosso trabalho – regional, micro – de intelectuais poderá efetivamente descobrir/construir espaços de atualização na gestão – macro – de um governo em princípio comprometido com a mesma orientação ético-política.

⁵ Os conceitos de “encomenda social” e “mandato social” são homólogos: o primeiro está relacionado às situações efêmeras de intervenção a pedido; o segundo, ao pedido de intervenção permanente de que são alvo os especialistas.

Sabendo que os Direitos Humanos nem sempre se mostram um lema facilmente defensável (quantas atrocidades já se cometeram em nome desse “humano, demasiado humano”!), queremos trazer à cena, à guisa de abertura para pensar o presente, ainda dois discursos, adicionando-os aos dos institucionalistas antes destacados. O primeiro, uma vez mais de Foucault (1994b, p. 707), surpreendentemente proclama: “Face aos governos, os direitos humanos”. A surpresa se atenua, transformando-se em sistema regional de luta, caso levemos em conta que entre os “governos” aludidos se deve incluir o “governo através da verdade”, que nós mesmos (estudiosos, professores, psicólogos) tantas vezes exercitamos de forma mortífera, sem pejo e sem efetiva análise.

O segundo discurso é de um poeta, o uruguaio Mario Benedetti. Buscando reinventar a língua em face da proliferação de clichês amortecedores e de monopólios midiáticos, convocou-nos ele um dia à defesa... dos “esquerdos” humanos:

Cuando el presidente Carter/ se preocupa tanto/ de los derechos/ humanos/ parece evidente que en ese caso/ derecho/ no significa facultad/ o atributo/ o libre albedrío/ sino diestro/ o antizurdo/ o flanco opuesto al corazón/ lado derecho en fin/ en consecuencia/ no sería hora/ de que iniciáramos/ una amplia campaña internacional/ por los izquierdos/ humanos? (“Ahora todo está claro”, poema dos anos 70, francamente atual trocando Carter por Bush)

Por fim, cumpre ainda ressaltar que, se o presente artigo, ao conectar gênese teórica e gênese social, insiste em conceber a verdade como regime, também aposta no estabelecimento de relações mais do que simplesmente declaratórias entre o “dizer verdadeiro” e a liberdade – sentido ético-político primordial de qualquer ligação que se possa estabelecer entre os saberes (*psi* e outros) e os direitos (esquerdos?) humanos:

Nada é mais inconsistente que um regime político indiferente à verdade; mas nada é mais perigoso do que um sistema político que pretende prescrever a verdade. A função do “dizer verdadeiro” não deve tomar a forma da lei, assim como seria vão acreditar que resida, de pleno direito, nos jogos espontâneos da comunicação. A tarefa do dizer verdadeiro é um trabalho infinito: respeitá-la em sua complexidade é uma obrigação à qual nenhum poder se pode furtar. Salvo se impõe o silêncio da servidão. (Foucault, 1994a, p. 678)

ABSTRACT

Through the reconstruction of the bonds between theoretical genesis and social genesis, this article apprehends the French Institutional Analysis as truth regime and extracts consequences for a current reflection concerning the relationships between the intellectuals’ practice – that of psychologists in particular – and the fights in defence of human rights.

Key words: Institutional analysis; Truth regime; Human rights.

Referências bibliográficas

- ARDOINO, J.; BARBIER, R.; COPET, O. Les analyseurs s'en vont. In: **Pour**. n. 62-63, L'analyse institutionnelle en crise. L'école de Vincennes s'explique. nov/dez 1978.
- DELEUZE, G. A propos des nouveaux philosophes. In: **Minuit**. n. 24, mai/1977.
- DELEUZE, G.; FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka**: por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Rhizome. In: **Mille Plateaux**. Paris: Minuit, 1980.
- DOSSE, F. **Histoire du structuralisme**. v. 2. Paris: La Découverte, 1992.
- ERIBON, D. **Michel Foucault**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, M. O anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista. In: ESCOBAR, C. H. (Org.). **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon, 1991.
- FOUCAULT, M. Est-il donc important de penser? **Libération** n. 15, p. 30-31, mai 1981. In: **Dits et Écrits**. v. IV. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, M. Le souci de la vérité. **Magazine Littéraire** n. 207, mai/1984. In: **Dits et Écrits**. v. IV. Paris: Gallimard, 1994a.
- FOUCAULT, M. Face aux gouvernements, les droits de l'homme. **Libération** n. 967, 30 jun./1 jul. 1984. In: **Dits et Écrits**, v. IV. Paris: Gallimard, 1994b.
- GLUCKSMAN, A. **La cuisinière et le mangeur d'hommes**. Paris: Seuil, 1975.
- GLUCKSMAN, A. **Les Maîtres Penseurs**. Paris: Grasset, 1978.
- GUATTARI, F. A trama da rede. In: **Revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUATTARI, F. Milhões e milhões de Alices no ar. In: **Revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1981a.
- GUATTARI, F. 1980: pourquoi Coluche. In: **Les années d'hiver**. Paris: Bernard Barrault, 1986.
- GUATTARI, F. 1983: autant en emporte la crise. In: **Les années d'hiver**. Paris: Bernard Barrault, 1986a.
- GUATTARI, F. Introduction. In: **Les années d'hiver**. Paris: Bernard Barrault, 1986b.
- GUATTARI, F.; NEGRI, T. **Les nouveaux espaces de liberté**. Paris: Dominique Bedou, 1985.
- GUATTARI, F. **Guattari entrevista Lula**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAMON, H.; ROTMAN, P. **Genération II**. Les années de poudre. Paris: Seuil, 1988.
- HESS, R. Lexique de l'analyse institutionnelle. **Pour**. n. 62-63, L'analyse institutionnelle en crise. L'école de Vincennes s'explique, nov/dez 1978.
- HESS, R. **La sociologie d'intervention**. Paris: PUF, 1981.
- HESS, R. **Henri Lefebvre et l'aventure du siècle**. Paris: Métalié, 1988.
- JAMBET, C.; LARDREAU, G. **L'Ange**. Paris: Grasset, 1976.
- LAPASSADE, G. **Les chevaux du diable**. Paris: J. P. Delarge, 1974.

LAPASSADE, G. Des socio-barbares aux nouveaux philosophes: la dérive de l'analyse institutionnelle. **Pour**. n. 62-63. L'analyse institutionnelle en crise. L'école de Vincennes s'explique, nov/déz 1978.

LE DÉBAT n. 50 (Dossier **L'aventure des idées**). Paris: Gallimard, mai./ago. 1988.

LÉVY, B.H. **La barbarie à visage humain**. Paris: Grasset, 1977.

LÉVY, B.H. **L'idéologie française**. Paris: Grasset, 1981.

LEYS, S. **Les habits neufs du président Mao**. Paris: Champ Libre, 1972.

LOURAU, R. **L'analyseur LIP**. Paris: 10/18, 1974.

LOURAU, R. **Les lapsus des intellectuels**. Paris: Privat, 1981.

LOURAU, R. Les nouveaux champs magnétiques. **Pour**. n. 62-63. L'analyse institutionnelle en crise. L'école de Vincennes s'explique, nov/déz 1978.

LOURAU, R. **L'état inconscient**. Paris: Minuit, 1978a.

MEYER, P. **Le communisme est-il soluble dans l'alcool?** Paris: Seuil, 1978.

PASQUALINI, J. **Prisonnier de Mao**. Paris: Gallimard, 1975.

RODRIGUES, H. B. C. À beira da brecha: uma história da Análise Institucional francesa nos anos 60. In: AMARANTE, P. (Org.). **Ensaios: subjetividade, saúde mental, sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

RODRIGUES, H. B. C. Análise institucional e transformação social. O tempo (e contratempo) das intervenções. In: ALTOE, S. (Org.). **René Lourau no Brasil**. Implicações e transduções. São Paulo: Hucitec, 2003 (no prelo).

ROUDINESCO, E. **História da psicanálise na França**. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história**. Brasília: EUB, 1982.

WINOCK, M. La gauche en France depuis 1968. In: TOUCHARD, J. **La gauche en France depuis 1900**. Paris: Seuil, 1981.